



# Superior Tribunal de Justiça

Relatora

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.634.824 - SE (2016/0236125-0)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**

**RECORRENTE :** [REDACTED]

**ADVOGADO : VITOR LISBOA OLIVEIRA E OUTRO(S) - SE005910**

**RECORRIDO : RENAULT DO BRASIL S/A**

**ADVOGADO : FERNANDO ABAGGE BENGHI E OUTRO(S) - SE000913A**

**RECORRIDO : RENOVEL VEICULOS LTDA**

**ADVOGADO : MARCUS VINICIUS DANTAS VIEIRA E OUTRO(S) - SE005757**

## RELATÓRIO

**A EXMA. SRA. MINISTRA NANCY ANDRIGHI (Relator):**

Cuida-se de recurso especial interposto por [REDACTED], com fundamento na alínea “c” do permissivo constitucional, contra acórdão exarado pelo TJ/SE.

**Ação:** de indenização por danos morais, em razão da aquisição de veículo automotor feita por APARATO EQUIPAMENTOS LTDA. EPP, da qual o recorrente é sócio administrador. Referido automóvel era utilizado pelo recorrente para suas atividades empresarias. Alega que, após poucos meses da compra, o veículo apresentou um defeito na solda da coluna, que foi corrigido pelas recorridas.

**Sentença:** extinguiu o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC/73, por entender que o recorrente careceria de legitimidade ativa.

**Acórdão:** em apelação interposta pelo recorrente, o TJ/SE não proveu o recurso, em julgamento assim ementado:

Apelação Cível - Processo Civil – Ação de Indenização por Danos Morais - Alegação de defeito no veículo, cuja propriedade pertence à pessoa jurídica diversa do autor - Extinção sem julgamento do mérito - Ilegitimidade ativa – Não há que se confundir o patrimônio da pessoa física com o da pessoa jurídica – Inexistência de previsão legal para que o autor atue na qualidade de substituto processual –

# Superior Tribunal de Justiça

Manutenção do que decisum reconheceu a ilegitimidade ativa - Apelo conhecido e desprovido - Decisão Unânime.

**Recurso especial:** sustenta haver dissídio jurisprudencial quanto à legitimidade ativa para pleitear danos morais em casos semelhantes aos dos autos.

Relatados os fatos, decide-se.



# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.634.824 - SE (2016/0236125-0)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**

**RECORRENTE :** [REDACTED]

**ADVOGADO : VITOR LISBOA OLIVEIRA E OUTRO(S) - SE005910**

**RECORRIDO : RENAULT DO BRASIL S/A**

**ADVOGADO : FERNANDO ABAGGE BENGHI E OUTRO(S) - SE000913A**

**RECORRIDO : RENOVEL VEICULOS LTDA**

**ADVOGADO : MARCUS VINICIUS DANTAS VIEIRA E OUTRO(S) - SE005757**

## VOTO

**A EXMA. SRA. MINISTRA NANCY ANDRIGHI (Relator):**

Cinge-se a controvérsia a determinar se (i) o recorrente possui legitimidade ativa para pleitear danos morais pelo automóvel adquirido por pessoa jurídica da qual é sócio e (ii) se, na hipótese dos autos, há configuração de dano moral.

### **I – Da legitimidade ativa**

Tanto o CPC/73 quanto o CPC/15 contêm dispositivos semelhantes acerca da legitimidade para a causa, veja-se:

**CPC/73:** Art. 3º Para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade.

**CPC/15:** Art. 17. Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.

Conforme o transcrito acima, a legitimidade para a causa é conferida para os titulares da relação jurídica de direito material hipotética ou afirmada. Nesse sentido, pode-se mencionar a lição de Cássio Scarpinella BUENO, segundo o qual:

(...) a “legitimidade para a causa” nada mais é do que a “capacidade jurídica” transportada para juízo, traduzida para o plano do processo. A regra é que somente aquele que pode ser titular de direitos e deveres no âmbito do plano material tem legitimidade para ser parte, é dizer, para tutelar, em juízo, ativa ou passivamente, tais direitos e deveres. (Curso Sistematizado de Direito Processual Civil. São Paulo: Editora Saraiva, - pág. 355).

Desse modo, o autor possui legitimidade quando houver a

# Superior Tribunal de Justiça

possibilidade de ser titular do direito almejado e, por outra volta, a legitimidade do réu decorre de ser, possivelmente, aquele que possa suportar os efeitos de uma possível condenação.

## II – Do dano moral

Ao tratar de danos em geral, a doutrina concebe a distinção de três categorias distintas, a saber: “a) são patrimoniais os prejuízos de ordem econômica causados por violações a bens materiais ou imateriais de seu acervo; b) personais, os danos relativos ao próprio ente em si, ou sem suas manifestações sociais, como, por exemplo, as lesões ao corpo, ou a parte do corpo (componentes físicos), ou ao psiquismo (componentes intrínsecos da personalidade), como a liberdade, a imagem, a intimidade; c) morais, o relativos a atributos valorativos, ou virtudes, da pessoa como ente sociais, ou seja, integrada à sociedade, vale dizer, dos elementos que a individualizam como ser, de que se destacam a honra, a reputação e as manifestações do intelecto”. (BITTAR, Op.cit., p. 35)

Tem-se, assim, que os danos morais dizem respeito a lesões a atributos da pessoa, enquanto ente ético e social que participa da vida em sociedade, estabelecendo relações intersubjetivas em uma ou mais comunidades, ou, em outras palavras, são atentados à parte afetiva e à parte social da personalidade.

No entanto, pode-se afirmar que dissabores, desconfortos e frustrações de expectativas fazem parte da vida moderna, em sociedades cada vez mais complexas e multifacetadas, com renovadas ansiedades e desejos, e por isso não se pode aceitar que qualquer estímulo que afete negativamente a vida ordinária configure dano moral.

# Superior Tribunal de Justiça

Mesmo nas relações de consumo, é cediço que – apesar de o art. 6º, VI, CDC prever, como um direito do consumidor, a “efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos” – **não é qualquer fato do produto ou do serviço que enseja a indenização de danos morais.**

Aliás, há muito esta Corte superior manifestou-se nesse sentido, no julgamento do REsp 202.564/RJ (Quarta Turma julgado em 02/08/2001, DJ 01/10/2001, p. 220). Posicionamento que foi corroborado pela Terceira Turma, no julgamento do REsp 1.426.710 (julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016).

### **III – Da hipótese dos autos**

#### **1 – Ausência de legitimidade**

De acordo com conjunto probatório dos autos, tal como narrado no acórdão recorrido, o contrato de compra e venda do automóvel em questão foi celebrado entre as recorridas e APPARATO EQUIPAMENTOS LTDA. EPP.

A recorrente, portanto, não participou da relação negocial que deu origem à aquisição do produto e, assim, não é titular da relação jurídica de direito material discutida nos autos. O fato de ser o principal usuário do veículo é irrelevante do ponto de vista jurídico, pois é incapaz de lhe conferir legitimidade para a causa discutida no presente recurso.

#### **2 – Ausência de dano moral**

É possível perceber, nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 282-288), quais seriam as consequências negativas que a necessidade de reparo do automóvel adquirido pela pessoa jurídica haveriam causado ao recorrente, *in verbis*:

Ao adquirir um bem de consumo durável, tinha o Autor, uma justa expectativa de poder vir a usufruir do bem sem quaisquer dores de cabeça por largo período de tempo.

# Superior Tribunal de Justiça

Tal expectativa se frustrou de forma abrupta e inesperada. Houve aí uma grande decepção, uma verdadeira e inegável frustração!

Não se pode esquecer as demais frustrações: A de ver se esvaír sua certeza de que estaria num automóvel bastante seguro, inclusive chegando a ponto de transitar numa estrada movimentada, com atenção, mas com a segurança de que se algo acontecesse ao veículo o motorista estaria seguro.

Do acima transcrito, a única alegação que poderia ensejar algum desconforto seria a existência de grandes frustrações. Contudo, como anteriormente afirmado, dissabores, desgostos e frustrações compõem muitas vezes a vida cotidiana e, nem por isso, são capazes de causar danos morais para aqueles que os suportam.

Ainda, não ficou caracterizada qual a consequência negativa – mais especificamente, qual a violação ou atentado à personalidade – que o fato da necessidade de correção na solda da coluna ocasionou à recorrente.

Como afirmado anteriormente, não é qualquer fato do serviço que enseja danos morais, mas na hipótese particular devem causar tamanho desgosto e sofrimento capaz de afetar a dignidade do consumidor enquanto pessoa humana. Dessa forma, nos autos deste recurso, não estão presentes os elementos caracterizadores de danos morais.

Por todo o exposto, não apenas o recorrente não possui legitimidade ativa para a propositura da ação, como também os fatos narrados nos autos não configuram a existência de danos morais a serem indenizados.

Forte nessas razões, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso especial, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ.

Em observância ao disposto no art. 85, *caput* e §§ 1º e 8º, do CPC/15, considerando o irrisório valor atribuído à causa (R\$ 788,00), condeno a recorrente ao pagamento das custas e dos honorários de sucumbência fixados em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

# Superior Tribunal de Justiça

## CERTIDÃO DE JULGAMENTO TERCEIRA TURMA

Número Registro: 2016/0236125-0

PROCESSO ELETRÔNICO REsp 1.634.824 / SE

Números Origem: 00111914720158250001 111914720158250001 201510200680 201600805355

PAUTA: 06/12/2016

JULGADO: 06/12/2016

### **Relatora**

Exma. Sra. Ministra **NANCY ANDRIGHI**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **MÁRIO PIMENTEL ALBUQUERQUE**

Secretária Bela. **MARIA AUXILIADORA RAMALHO  
DA ROCHA**

### **AUTUAÇÃO**

RECORRENTE : ██████████  
ADVOGADO : VITOR LISBOA OLIVEIRA E OUTRO(S) - SE005910  
RECORRIDO : RENAULT DO BRASIL S/A  
ADVOGADO : FERNANDO ABAGGE BENGHI E OUTRO(S) - SE000913A  
RECORRIDO : RENOVEL VEICULOS LTDA  
ADVOGADO : MARCUS VINICIUS DANTAS VIEIRA E OUTRO(S) - SE005757  
ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral

### **CERTIDÃO**

Certifico que a egrégia TERCEIRA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Terceira Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze (Presidente) e Moura Ribeiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.



# Superior Tribunal de Justiça

Documento: 1560958 - Inteiro Teor do Acórdão - Site certificado - DJe: 15/12/2016

Página 8 de 8

